



ULTRA PACK ADMINISTRATIVO

LIA
LEI 8.429/92

QUESTÕES NÃO COMENTADAS

*Quebrando
Questões*

Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

(Q2/Q2/2021)

01) Levando em consideração as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 relacionadas a Lei de Improbidade administrativa, podemos considerar que:

- A) o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio privado e social.
- B) o dolo consiste a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, bastando apenas voluntariedade do agente.
- C) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- D) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(Q2/Q2/2021)

02) Conforme as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 relacionadas a Lei de Improbidade administrativa, responda a assertiva abaixo:

Caso determinado agente, em uma entidade privada que receba benefício fiscal da União, revele fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade, responderá por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

(Q2/Q2/2021)

03) Conforme as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 relacionadas a Lei de Improbidade administrativa, responda a assertiva abaixo:

A entidade privada que não faz parte da administração indireta e possua capital integrado em si de algum ente público para a sua criação ou custeio está sujeita a todas as sanções da Lei de Improbidade Administrativa, precisando ressarcir todos os prejuízos.

(Q2/Q2/2021)

04) De acordo com as alterações trazidas pela Lei 14.230/21 para a Lei de Improbidade administrativa, responda a assertiva abaixo:

Ocorrendo omissão decorrente de divergência interpretativa da lei em relação à jurisprudência, ainda que não pacificada, não há que se falar em improbidade administrativa.

(Q2/Q2/2021)

05) De acordo com as alterações trazidas pela Lei 14.230/21 para a Lei de Improbidade administrativa, responda a assertiva abaixo:

Configura improbidade a ação decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

(Q2/Q2/2021)

06) Nos ensinamentos da Lei 14.230/21, para os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa:

Consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

(Q2/Q2/2021)

07) Nos ensinamentos da Lei 14.230/21, para os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa, leia a assertiva abaixo.

O particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.

(Q2/Q2/2021)

08) De acordo com a Lei 14.230/21 que alterou drasticamente a Lei de Improbidade Administrativa, responda aos itens abaixo.

I. As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que for possível, aos terceiros que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosa e culposamente para a prática do ato de improbidade administrativa.

II. Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado, que receba benefícios do Estado, responderam pelo ato de improbidade administrativa caso tenham tirado proveito diretamente dos benefícios do Estado, respondendo nos limites da sua participação.

Estão corretos:

- A) Apenas o item I.
- B) Apenas o item II.
- C) Os itens I e II.



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

D) Nenhum dos itens estão corretos.

(Q2/Q2/2021)

09) De acordo com a Lei 14.230/21 que trouxe alterações na Lei de Improbidade Administrativa, marque certo ou errado.

Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

(Q2/Q2/2021)

10) De acordo com a Lei 14.230/21 que trouxe alterações na Lei de Improbidade Administrativa, marque certo ou errado.

O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(Q2/Q2/2021)

11) De acordo com a Lei 14.230/21 que trouxe alterações na Lei de Improbidade Administrativa, marque certo ou errado.

A responsabilidade sucessória se aplica no caso de alteração contratual, de transformação e de incorporação, não se aplicando em casos de cisão societária.

(Q2/Q2/2021)

12) De acordo com a Lei 14.230/21 que trouxe alterações na Lei de Improbidade Administrativa, marque certo ou errado.

No caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados, a responsabilidade da sucessora, no caso de fusão, será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções da Lei de Improbidade.

(Q2/Q2/2021)

13) Em relação aos atos de improbidade administrativa e as alterações trazidas pela Lei 14.230/21, responda.

O agente de uma Autarquia que pratica, culposamente, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo acaba cometendo ato de improbidade administrativa que importa o enriquecimento ilícito.

(Q2/Q2/2021)

14) Macário, Servidor Público da Prefeitura de Mucarambeque, trabalha como Coordenador de Projetos na Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Por está reformando sua casa, Macário utiliza um dos caminhões da Prefeitura para levar 1 tonelada de areia para a reforma de sua casa, fora isso, em horário de serviço, Macário chamou três servidores da sua secretaria para ajudá-lo. Conforme a Lei de Improbidade Administrativa Macário responderá por ato de improbidade administrativa:

- A) que atenta contra os princípios da administração pública;
- B) que importa enriquecimento ilícito;
- C) que cause prejuízo ao erário;
- D) devido à aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

(Q2/Q2/2021)

15) José, Engenheiro da Prefeitura de Rastafareco, trabalha como fiscal de obras na Secretaria de Obras e Serviços Públicos. José tem como responsabilidade fazer diversas medições de obras públicas. Um dos construtores responsáveis pela construção de uma determinada obra ofereceu R\$ 15.000 para José colocar como feito na medição de sua obra mais de 2.000 m² de piso intertravado. Caso José faça isso responderá por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

(Q2/Q2/2021)

16) Com a alteração da Lei de Improbidade Administrativa por meio da Lei 14.230/21, o ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário não possui mais em seu dispositivo legal a possibilidade de o agente ser punido mediante a ação ou omissão culposa.

(Q2/Q2/2021)

17) Caso Horácio facilite ou concorra para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de valores integrantes do acervo patrimonial da Prefeitura em que trabalha, responderá por ato de improbidade administrativa que enseje o enriquecimento ilícito.

(Q2/Q2/2021)

18) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário a frustração de licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, mesmo não acarretando perda patrimonial efetiva.

(Q2/Q2/2021)

19) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário agir negligentemente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

(Q2/Q2/2021)

20) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

(Q2/Q2/2021)

21) Com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 diante a Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade administrativa decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário passaram a integrar o rol de incisos dos atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário.

(Q2/Q2/2021)

22) Conforme as alterações trazidas pela Lei 14.230/21 em relação a Lei 8.429, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

I. revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado;

II. negar publicidade aos atos oficiais, inclusive em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

III. frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;

IV. deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, embora não seja responsável por isso, com vistas a ocultar irregularidades.

Estão corretos os itens:

- A) I, II, III e IV;
- B) I, II e III;
- C) I e III;
- D) I e IV.

(Q2/Q2/2021)

23) Conforme as alterações trazidas pela Lei 14.230/21 em relação a Lei 8.429, constitui ato de improbidade administrativa que enseja prejuízo ao erário nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

(Q2/Q2/2021)

24) Conforme as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, responda.

Somente haverá improbidade administrativa nos atos que atentem contra os princípios da administração pública quando for comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

(Q2/Q2/2021)

25) Conforme as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, responda.

Os atos de improbidade que atentem contra os princípios da administração pública não precisam demonstrar lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

(Q2/Q2/2021)

26) Conforme as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, responda.

Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, dispensada a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

(Q2/Q2/2021)

27) Com a aprovação da Lei 14.230/21 que altera a Lei de Improbidade Administrativa, as penas dos atos de improbidade administrativa sofreram alterações. Em relação isso, responda assertiva abaixo.

O prazo de suspensão dos direitos políticos para quem comete ato de improbidade que importe o enriquecimento ilícito poderá ser de até 14 anos, ficando o agente proibido de contratar ou receber benefícios fiscais, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo superior a 14 anos.



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

(Q2/Q2/2021)

28) Com a aprovação da Lei 14.230/21 que altera a Lei de Improbidade Administrativa, as penas dos atos de improbidade administrativa sofreram alterações. Em relação isso, responda assertiva abaixo.

Sabendo que José, servidor público, cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, podemos afirmar que ele poderá perder a função pública e ter os seus direitos políticos suspensos.

(Q2/Q2/2021)

29) Com a aprovação da Lei 14.230/21 que altera a Lei de Improbidade Administrativa, as penas dos atos de improbidade administrativa sofreram alterações. Em relação isso, responda assertiva abaixo.

Cristiano, Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Eleitoral do Rio de Janeiro, acaba causando prejuízo ao erário, sendo este um ato de improbidade administrativa. Com isso, Cristiano perderá os bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, além de perder sua função pública e ter seus direitos políticos suspensos até 12 anos. Fora isso, Cristiano estará proibido de contratar ou receber benefícios fiscais pelo prazo não superior a 12 anos.

(Q2/Q2/2021)

30) Com a aprovação da Lei 14.230/21 que altera a Lei de Improbidade Administrativa, as penas dos atos de improbidade administrativa sofreram alterações. Em relação isso, responda assertiva abaixo.

Em regra, a sanção de perda da função pública, no caso de enriquecimento ilícito, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.

(Q2/Q2/2021)

31) Com a aprovação da Lei 14.230/21 que altera a Lei de Improbidade Administrativa, as penas dos atos de improbidade administrativa sofreram alterações. Em relação isso, responda assertiva abaixo.

É possível que o agente que cometa ato de improbidade administrativa e possua mais de uma função pública perca todas elas em razão das circunstâncias do caso e da gravidade da infração.

(Q2/Q2/2021)

32) Com a aprovação da Lei 14.230/21 que altera a Lei de Improbidade Administrativa, as penas dos atos de improbidade administrativa sofreram alterações. Em relação isso, responda assertiva abaixo.

Não é possível o aumento da sanção de multa, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, o valor calculado seja ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade.

(Q2/Q2/2021)

33) A Lei 14.230/21 trouxe diversas alterações e inclusões de novos dispositivos para a Lei de Improbidade Administrativa, em relação às penas dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

A) Na responsabilização da pessoa jurídica, poderão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.

B) Não é possível a sanção de proibição de contratação do poder público extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade administrativa.

C) No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa e proibição de contratar com o ente público, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso,

D) Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.

(Q2/Q2/2021)

34) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

O princípio constitucional do non bis in idem não se aplica às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.

(Q2/Q2/2021)

35) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

(Q2/Q2/2021)

36) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se-á retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.

(Q2/Q2/2021)

37) Em relação à declaração de bens e as alterações trazidas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial do Tribunal de Contas da União, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

(Q2/Q2/2021)



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

38) Em relação à declaração de bens e as alterações trazidas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.
A declaração de bens será atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.

(Q2/Q2/2021)

39) Em relação à declaração de bens e as alterações trazidas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.
Será apenado com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa.

(Q2/Q2/2021)

40) Em relação ao procedimento administrativo e do processo judicial e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, apenas, em caráter incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

(Q2/Q2/2021)

41) Em relação ao procedimento administrativo e do processo judicial e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

Quando for o caso, o pedido de indisponibilidade de bens incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

(Q2/Q2/2021)

42) Em relação ao procedimento administrativo e do processo judicial e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, marque a alternativa correta.

A) O pedido de indisponibilidade de bens apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 dias.

B) A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, podendo a urgência ser presumida.

C) Se houver mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.

D) O valor da indisponibilidade considerará a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a pedido do magistrado, bem como a sua readequação durante a instrução do processo.

E) A indisponibilidade de bens de terceiro independe da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados ou, quando se tratar de pessoa jurídica, da instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado na forma da lei processual.

(Q2/Q2/2021)

43) Em relação à indisponibilidade dos bens e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, julgue o item abaixo.

Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá recurso extraordinário.

(Q2/Q2/2021)

44) Em relação à indisponibilidade dos bens e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, julgue o item abaixo.

A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, incidindo sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.

(Q2/Q2/2021)

45) Em relação à indisponibilidade dos bens e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, julgue o item abaixo.

Não há priorização em relação à ordem de indisponibilidade de bens.

(Q2/Q2/2021)

46) Em relação à indisponibilidade dos bens e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, julgue o item abaixo.

É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 30 salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.

(Q2/Q2/2021)

47) Em relação à indisponibilidade dos bens e as alterações da Lei de Improbidade Administrativa apresentadas pela Lei 14.230/21, julgue o item abaixo.

Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

Em regra, é possível a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu.

(Q2/Q2/2021)

48) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

A ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada conforme o procedimento comum apresentado pelo Código de Processo Civil.

(Q2/Q2/2021)

49) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa incorreta.

A) A ação, para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.

B) A propositura da ação, em relação aos atos de improbidade administrativa, prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

C) A petição inicial da ação de improbidade administrativa deverá coletivizar a conduta do réu e apontar os elementos probatórios mínimos que demonstrem a ocorrência de uma das hipóteses dos atos de improbidade administrativa e de sua autoria, salvo impossibilidade devidamente fundamentada.

D) A petição inicial da ação de improbidade administrativa será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da veracidade dos fatos e do dolo imputado ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente do Código de Processo Civil.

(Q2/Q2/2021)

50) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa em relação à ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento.

(Q2/Q2/2021)

51) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa em relação à ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo superior a 90 dias.

(Q2/Q2/2021)

52) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa em relação à ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

Será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que condenar o requerido sem a produção das provas por ele tempestivamente especificadas.

(Q2/Q2/2021)

53) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa em relação à ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará a demanda improcedente.

(Q2/Q2/2021)

54) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa em relação à ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta.

A) A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública.

B) Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá recurso ordinário para o Tribunal de Justiça.

C) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio implicarão confissão.

D) Não se aplicam na ação de improbidade administrativa a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor em caso de revelia.

Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

(Q2/Q2/2021)

55) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa em relação à ação para aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público poderá defendê-lo judicialmente, caso este venha a responder ação por improbidade administrativa, até que a decisão transite em julgado.

(Q2/Q2/2021)

56) Levando em consideração o acordo de não persecução civil incluído pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, verifique o item abaixo.

O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

(Q2/Q2/2021)

57) Levando em consideração o acordo de não persecução civil incluído pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta.

A) A celebração do acordo dependerá, apenas, de aprovação, no prazo de até 60 dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, se anterior ao ajuizamento da ação.

B) Em qualquer caso, a celebração do acordo considerará a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato de improbidade, bem como as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.

C) Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 60 dias.

D) O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade, não sendo possível no momento da execução da sentença condenatória.

(Q2/Q2/2021)

58) Levando em consideração o acordo de não persecução civil incluído pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise o item a seguir.

Em caso de descumprimento do acordo de não persecução civil, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de quatro anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.

(Q2/Q2/2021)

59) A sentença proferida nos processos a que se refere a Lei de Improbidade Administrativa deverá:

A) indicar, na apuração da ofensa a princípios, critérios subjetivos que justifiquem a imposição da sanção.

B) considerar as consequências práticas da decisão, sempre que decidir com base em valores jurídicos concretos.

C) indicar de modo preciso os fundamentos que demonstram os elementos a que se referem hipóteses de atos de improbidade administrativa, que podem ser presumidos.

D) considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados e das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

(Q2/Q2/2021)

60) De acordo com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, a ilegalidade sem a presença de dolo que a qualifique não configura ato de improbidade.

(Q2/Q2/2021)

61) Considerando as modificações trazidas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, na hipótese de litisconsórcio passivo, a condenação ocorrerá no limite da participação e dos benefícios diretos, vedada qualquer solidariedade.

(Q2/Q2/2021)

62) Considerando as modificações trazidas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, é possível o ajuizamento da ação por improbidade administrativa para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

(Q2/Q2/2021)

63) De acordo com as modificações trazidas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

A sentença que julgar procedente a ação fundada em relação ao Enriquecimento Ilícito e ao Prejuízo ao Erário da Lei de Improbidade Administrativa condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

(Q2/Q2/2021)

64) De acordo com as modificações trazidas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

A sentença que julgar procedente a ação fundada em relação ao Enriquecimento Ilícito e ao Prejuízo ao Erário da Lei de Improbidade Administrativa condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

(Q2/Q2/2021)

65) De acordo com as modificações trazidas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

A requerimento do Ministério Público, na fase de cumprimento da sentença, o juiz unificará eventuais sanções aplicadas com outras já impostas em outros processos.

(Q2/Q2/2021)

66) De acordo com as modificações trazidas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise a assertiva abaixo.

Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

(Q2/Q2/2021)

67) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Com isso a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, por um período de até 60 dias, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

(Q2/Q2/2021)

68) Em relação a aplicação de sanções na Lei de Improbidade Administrativa e as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

A aplicação das sanções independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

(Q2/Q2/2021)

69) Em relação a aplicação de sanções na Lei de Improbidade Administrativa e as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

Os atos do órgão de controle interno ou externo serão considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público.

(Q2/Q2/2021)

70) Em relação a aplicação de sanções na Lei de Improbidade Administrativa e as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, não impede o trâmite da ação da Lei de Improbidade Administrativa.

(Q2/Q2/2021)

71) Em relação a aplicação de sanções na Lei de Improbidade Administrativa e as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

(Q2/Q2/2021)

72) Em relação a aplicação de sanções na Lei de Improbidade Administrativa e as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21, analise a assertiva abaixo.

Na apuração dos ilícitos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, será garantido ao investigado a oportunidade de manifestação verbal e de juntada de documentos que comprovem suas alegações e auxiliem na elucidação dos fatos.

(Q2/Q2/2021)

73) Com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, a ação para a aplicação das sanções em relação aos atos de improbidade prescreve em 8 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

(Q2/Q2/2021)

74) Com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa correta.

A) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 150 dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

B) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 180 dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

C) O prazo da prescrição prevista na Lei de Improbidade Administrativa interrompe-se pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

D) Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles não podem se estender aos demais.

(Q2/Q2/2021)

75) Com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise o item a seguir.

É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa.

(Q2/Q2/2021)

76) Com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise o item a seguir.

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, é possível o adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas.

(Q2/Q2/2021)

77) Com as alterações apresentadas pela Lei 14.230/21 na Lei de Improbidade Administrativa, analise o item a seguir.

Os atos que ensejem dilapidação de recursos públicos dos partidos políticos, ou de suas fundações, serão responsabilizados nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.



Lei de Improbidade Administrativa – Questões Não Comentadas

Gabarito			
1	D	41	C
2	C	42	A
3	E	43	E
4	C	44	E
5	E	45	E
6	C	46	E
7	E	47	E
8	B	48	E
9	C	49	C
10	C	50	C
11	E	51	E
12	E	52	C
13	E	53	C
14	B	54	A
15	E	55	E
16	C	56	C
17	E	57	B
18	E	58	E
19	E	59	D
20	E	60	C
21	C	61	C
22	C	62	E
23	E	63	C
24	C	64	C
25	E	65	E
26	E	66	C
27	E	67	E
28	E	68	C
29	C	69	C
30	C	70	E
31	C	71	C
32	E	72	E
33	D	73	C
34	E	74	C
35	C	75	C
36	C	76	E
37	E	77	E
38	C	78	
39	E	79	
40	E	80	

